

Era estudante de Economia da Universidade Mackenzie, em São Paulo.

Foi preso no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), em outubro de 1968. Em 1º de abril de 1970, teve sua prisão preventiva decretada. Foi indiciado, também, nos Inquéritos Policiais de números 7/72 e 9/72. Em 23 de outubro de 1972, teve novamente sua prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria Militar, referente ao processo 100/72.

Militante da ALN, no fim de 1969, após diversas prisões e a morte de Carlos Marighella, viajou para Cuba, onde realizou treinamento militar. Retornou clandestinamente ao Brasil, como militante do Molipo, indo morar no interior de Goiás.

Maria Augusta Thomaz



Nascida em 14 de novembro de 1947, em Leme (SP), filha de Aniz Thomaz e Olga Michael Thomaz. Desaparecida em 17 de maio de 1973. Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Foi estudante do Instituto Sedes Sapientiae, da PUC/SP. Foi indiciada por sua participação no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), quando foi presa em outubro de 1968. Em 14 de janeiro de 1970, foi expedido mandado de prisão contra Maria Augusta, pela 2ª Auditoria da 2ª Região Militar. Após o assassinato de seu namorado, José Wilson Lessa Sabag, em setembro de 1969, passou a viver na clandestinidade. Segundo o livro *Direito à Memória e à Verdade*, teria participado do seqüestro de um avião Boeing da Varig durante o trajeto Buenos Aires–Santiago, com mais oito militantes da ALN, desviando-o para Cuba em 4 de novembro de 1969. Em Cuba, realizou treinamento de guerrilha e, no início de 1971, retornou ao Brasil clandestinamente como militante do Molipo, indo morar no interior de Goiás.

Foi condenada, como revel, a cumprir pena de 17 anos de prisão, em 29 de setembro de 1972. Em outro processo, também julgado à revelia, foi condenada a cinco anos de reclusão. Em 27 de agosto de 1976, depois de três anos de seu assassinato, foi absolvida pelo STM por falta de provas em outro processo.

As mortes

Márcio e Maria Augusta foram mortos em maio de 1973, em uma fazenda situada entre as cidades de Rio Verde e Jataí, em Goiás.

Em 1980, jornalistas descobriram a localização da sepultura do casal baseando-se em depoimentos que afirmavam que eles haviam sido enterrados na Fazenda Rio Doce, em Rio Verde, a cerca de 240 quilômetros de Goiânia, por ocasião dos assassinatos. O fazendeiro Sebastião Cabral e seu empregado foram encarregados de enterrar os corpos de Márcio e Maria Augusta, esfacelados por tiros. Os policiais lhes recomendaram que o sepultamento fosse feito a “[...] *peelo menos 200 metros do asfalto*”.

Ao saberem das investigações sobre o caso e antes que a descoberta viesse a público, três homens foram à fazenda e exumaram os restos mortais, deixando nas covas abertas apenas alguns dentes e pequenos ossos.

No Boletim Informativo do Ministério do Exército de janeiro de 1976, os nomes de Márcio e Maria Augusta foram retirados da lista de procurados por serem considerados mortos, mas as mortes não foram assumidas publicamente.

Em 1992, após a abertura dos arquivos do extinto DOPS/SP, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos descobriu um documento intitulado “*Retorno de*

Exilados”, endereçado em 1978 ao então delegado Romeu Tuma, diretor do DOPS/SP. O documento informava as mortes de Márcio e Maria Augusta em 1973. Assim mesmo, as autoridades policiais jamais informaram as mortes aos seus familiares.

O artigo intitulado “*DPF Frustra Identificação de Desaparecidos, Diz CBA*”, publicado na *Folha de S.Paulo*, de 10 de agosto de 1980, noticiou a acusação do CBA/SP de que agentes da Polícia Federal teriam violado as sepulturas de Maria Augusta e de Márcio para impedir suas identificações. Testemunhas confirmaram a remoção dos restos mortais. Segundo o jornal:

A morte de Maria Augusta e Márcio teria sido comentada nos corredores do DOI-CODI paulista, segundo o depoimento de vários presos políticos, detidos naquele órgão à época. Ainda segundo essas versões, Márcio tivera sua cabeça decepada por tiros de metralhadora e transportada para Goiânia. Depoimentos de testemunhas que presenciaram a retirada das ossadas, anteontem, por policiais, afirmam que uma delas estava sem o crânio. Indício que confirmaria a versão da cabeça decepada.

Os familiares de Márcio Beck Machado acataram, segundo informações do CBA, a versão da sua morte sem insistir na elucidação das circunstâncias. Consta que à época, sem o saber, o então secretário da Segurança Pública de Goiás, coronel PM Euvaldo Vaz, tomou conhecimento da caçada a Maria Augusta e Márcio, mas só foi reconhecer Márcio Beck como parente seu (filho de seu primo-irmão), depois de ver a cabeça do rapaz. Segundo depoimentos de testemunhas, o então secretário Euvaldo Vaz teria tomado um avião em Goiânia, vindo a São Paulo e levado seu primo para reconhecer o filho. O pai fez, segundo a versão do CBA, o reconhecimento do filho e pediu um atestado de óbito, negado com a afirmação de que a “única coisa que não poderiam fornecer seria um atestado de óbito”.

A *Folha de S.Paulo*, de 17 de agosto de 1980, relatou como foi o assassinato de ambos: “*Neuza e Raimundo, levantem para morrer*”. O grito que cortou a madrugada fria de 17/05/1973, na Fazenda Rio Doce, soou como uma sentença definitiva.

Pelo relato emocionado, repleto de palavras simples do lavrador Eurípedes João da Silva, a conclusão a que chegaram os integrantes da comissão especial de juristas e parlamentares leva a uma única constatação: a morte de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz não se tratou de uma operação policial militar dos chamados órgãos de segurança e sim de um assassinato frio de dois militantes exaustivamente perseguidos.

O relatório do Ministério do Exército encaminhado ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, em 1993, afirma que Márcio “[...] *teria sido morto em tiroteio juntamente com Maria Augusta Thomaz, numa fazenda em Rio Verde (GO), no dia 17/5/73*”. O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, atesta que, Márcio “[...] *em maio/73, foi morto em Goiás, em tiroteio, durante ação de segurança*”.

O ex-agente do DOI-CODI/SP, Marival Chaves do Canto, em entrevista à revista *IstoÉ*, de 24 de março de 2004, declarou que a operação de exumação das ossadas dos dois militantes foi comandada por André Pereira Leite Filho, oficial do Exército que trabalhava no CIE de Brasília (DF) em 1981, depois de ter atuado no DOI-CODI/SP sob o codinome de Dr. Edgard. A matéria assim descreve os fatos:

[...] segundo Marival, em 1980 o Doutor Edgard comandou, por exemplo, uma expedição que retirou de uma fazenda em Rio Verde, em Goiás, as ossadas de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomas, integrantes do MOLIPO (Movimento de Libertação Nacional), mortos em 1973 num confronto com agentes do CIE. De acordo com o fazendeiro Sebastião Cabral, os corpos enterrados em sua propriedade foram exumados por três homens em 1980, que deixaram para trás pequenos ossos e dentes perto das covas.

Seus nomes constam da lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

Na CEMDP, seus casos foram protocolados com os números 039/96 e 291/96, respectivamente, de Maria Augusta e de Márcio.

Documentos consultados:

www.desaparecidospoliticos.org.br

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964, op. cit.

Arquivos do IEVE/SP.

Casos 039/96, de Maria Augusta Thomaz, e 291/96, de Márcio Beck Machado, na CEMDP.